

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINTER
PROJETO DE GRADUAÇÃO**

ALINE MANSO DE BARROS

**MEIO AMBIENTE
O ACORDO DE PARIS**

BRASÍLIA – DF
OUTUBRO/2017

O ACORDO DE PARIS

Prof. Dr. Leonardo Mèrcher

RESUMO

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, acaba de anunciar a decisão de retirar o país do Acordo de Paris, que define os compromissos globais na luta contra os efeitos das mudanças climáticas. Segundo maior emissor de gases depois da China, os Estados Unidos respondem por 18% do carbono lançado na atmosfera terrestre, ou 6,5 milhões de toneladas por ano. A saída americana torna ainda mais difíceis as metas do acordo, de reduzir o carbono na atmosfera de 69 bilhões de toneladas para 56 bilhões, e negociar novos objetivos para manter, até 2100, o aquecimento global no nível tolerável, inferior a 2 graus Celsius (°C). Além disso a saída norte-americana poderá levar outros países a rever sua participação no acordo. Pelas metas submetidas, já é incerto que o nível tolerável seja atingido. Reduzirão as emissões do nível atual, que aqueceria o planeta 4,2°C, para apenas 3,3 °C, segundo análise do Climate Interactive. Sem os Estados Unidos, esse patamar poderá facilmente subir para acima de 3,5 °C, ou mesmo 3,8 °C. De acordo com previsão de cientistas, as consequências para o clima da Terra poderão ser catastróficas, com o derretimento de geleiras, elevação do nível do mar e maior intensidade de eventos extremos como tempestades, enchentes, secas e furacões.

Palavras chave: Acordo. Compromissos Globais. Mudanças Climáticas.

INTRODUÇÃO

Na Conferência Geral das Partes, os países discutem e negociam ações para conter a mudança climática reduzindo as emissões de gases do efeito estufa e estabelecem tratados como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris. O Acordo de Paris, em vigor desde novembro de 2016, que prevê uma série de esforços para impedir o aumento da temperatura do planeta em mais de 2 graus Celsius sofre uma grande ameaça após a retirada dos EUA do mesmo, pelo atual presidente Donald Trump. Por isso surge a questão: quais os empecilhos que o cancelamento da assinatura por parte dos EUA pode trazer para o Acordo de Paris e para as alterações climáticas?

O acordo, assinado em dezembro de 2015 durante a cúpula da ONU sobre mudanças climáticas, COP 21, prevê que os países devem trabalhar para que o

aquecimento fique muito abaixo de 2° C, buscando limitá-lo a 1,5° C em relação aos níveis pré-industriais. Ao assinar em 2015, Washington tinha se comprometido a reduzir em 28% sua produção de gases de efeito estufa, além de transferir cerca de US\$ 3 bilhões (cerca de R\$ 9,6 bilhões) para países pobres como forma de ajudá-los a lutar contra as mudanças climáticas.

A decisão de Trump em retirar os EUA pode ter sérias consequências para o cumprimento das obrigações previstas pelo tratado por parte de outros países e, mais em geral, sobre a condição climática do planeta, considerando que o aquecimento global é um fenômeno que já está ocorrendo e que todos os anos perdidos na luta contra esse fenômeno aumentam o risco de provocar efeitos irreversíveis sobre o clima. Por isso, justifica-se a importância do presente trabalho, segundo levantamentos realizados por várias universidades e centros de pesquisa de diferentes países do mundo, a saída dos EUA do Acordo de Paris acrescentaria 3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) emitido por ano na atmosfera, aumentando a temperatura da Terra entre 0,1° e 0,3° C até o final do século.

O presente projeto, portanto, tem como objetivo entender como funciona o acordo de Paris, identificar os principais motivos de Donald Trump para a tomada de decisão em retirar os EUA do acordo e principalmente avaliar as consequências que a decisão de Trump pode trazer a nível Global. A seguir trata-se de algumas observações sobre o aquecimento global.

O aquecimento global

Efeito Estufa é um mecanismo natural do planeta Terra para possibilitar a manutenção da temperatura numa média de 15°C, ideal para o equilíbrio de grande parte das formas de vida em nosso planeta. Sem o efeito estufa natural, o planeta Terra poderia ficar muito frio, inviabilizando o desenvolvimento de grande parte das espécies animais e vegetais. Isso ocorreria, pois a radiação solar refletida pela Terra se perderia totalmente.

O efeito estufa potencializado pela queima de combustíveis fósseis tem colaborado com o aumento da temperatura no globo terrestre nas últimas décadas. Pesquisas recentes indicaram que o século XX foi o mais quente dos últimos 500

anos. Pesquisadores do clima afirmam que, num futuro próximo, o aumento da temperatura provocado pelo efeito estufa poderá ocasionar o derretimento das calotas polares e o aumento do nível dos mares. Como consequência, muitas cidades litorâneas poderão desaparecer do mapa. O aumento do efeito estufa é gerado pela derrubada de florestas e pela queimada das mesmas, pois são elas que regulam a temperatura, os ventos e o nível de chuvas em diversas regiões. Como as florestas estão diminuindo no mundo, a temperatura terrestre tem aumentado na mesma proporção.

Um outro fator que está aumentando o efeito estufa é o lançamento de gases poluentes na atmosfera, principalmente os que resultam da queima de combustíveis fósseis. A queima do óleo diesel e da gasolina nos grandes centros urbanos tem colaborado para o efeito estufa. O dióxido de carbono (gás carbônico) e o monóxido de carbono ficam concentrados em determinadas regiões da atmosfera formando uma camada que bloqueia a dissipação do calor. Outros gases que contribuem para este processo são: gás metano, óxido nitroso e óxidos de nitrogênio. Esta camada de poluentes, tão visível nas grandes cidades, funciona como um isolante térmico do planeta Terra. O calor fica retido nas camadas mais baixas da atmosfera trazendo graves problemas ao planeta.

Preocupados com estes problemas, organismos internacionais, ONGs (Organizações Não Governamentais) e governos de diversos países já estão tomando medidas para reduzir a poluição ambiental e a emissão de gases na atmosfera. O Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, prevê a redução de gases poluentes para os próximos anos. Porém, países como os Estados Unidos tem dificultado o avanço destes acordos. Os EUA alegam que a redução da emissão de gases poluentes poderia dificultar o avanço das indústrias no país.

Em dezembro de 2007, outro evento importante aconteceu na cidade de Bali. Representantes de centenas de países começaram a definir medidas para a redução da emissão de gases poluentes. São medidas que deverão ser tomadas pelos países após 2012. Em 12 de novembro de 2014, Estados Unidos e China (maiores poluidores do mundo), assinaram um acordo com metas mútuas, voltadas para a redução da emissão dos gases geradores do efeito estufa. Em 15 de outubro de 2016, na cidade de Kigali (Ruanda), representantes de 150 países assinaram um importante acordo para reduzir o efeito estufa e suas consequências no clima mundial. O acordo estabelece que os países deverão reduzir gradualmente o uso de

gases hidrofluorcarbonetos, utilizados em refrigeradores, ares-condicionados e aerossóis. Este acordo foi uma grande conquista, pois estes gases são os principais agentes

Sucessor do Protocolo de Quioto, o Acordo de Paris é considerado por muitos como um “feito histórico”. Ele é o resultado de uma complexa negociação climática internacional que envolveu as Nações Unidas e 195 países com o principal objetivo de conter o aquecimento global do planeta, ao reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. A comunidade internacional comprometeu-se a limitar a subida da temperatura bem “abaixo dos dois graus Celsius” e a prosseguir esforços para “limitar o aumento da temperatura a 1,5 graus Celsius” em relação aos níveis pré-industriais.

Todos os países deverão atingir o pico das suas emissões “o mais cedo possível” para que, idealmente, algures na segunda metade deste século os gases com efeito de estufa e os combustíveis fósseis tenham sido abandonados quase por completo. Em vez de estabelecer para cada país o que teria de fazer, o acordo determina que cada país deva apresentar, de cinco em cinco anos, planos nacionais com os objetivos a que se propõe cumprir para mitigar as alterações climáticas. O acordo foi aprovado por representantes de 195 países e, até ao momento, ratificado por 147. Os Estados Unidos (ainda com a Administração Obama) e a China – dois dos maiores produtores de gases com efeito de estufa – ratificaram o Acordo de Paris em Setembro de 2016. Portugal também ratificou o acordo em Setembro do ano passado.

Os países desenvolvidos devem “estar na linha da frente e estabelecer objetivos de redução das emissões em valores absolutos”. Ao contrário do que acontecia com o Protocolo de Quioto, que antecedeu este acordo, as emissões dos países em desenvolvimento também contam e estes devem “continuar, dentro das suas possibilidades, a melhorar os esforços” na luta contra o aquecimento global.

O Acordo de Paris renovou as esperanças da comunidade internacional em minimizar os efeitos do aquecimento global. Algumas partes do acordo têm “caráter vinculante”, ou seja, os países signatários são obrigados a adotar essas medidas. Outras partes são recomendações, estabelecendo ações voluntárias. Veja a seguir três dos principais termos do acordo:

Estabelecimento de metas (obrigatório): o Acordo de Paris determina que todas as nações signatárias são obrigadas a estabelecer estratégias para limitar o aquecimento médio do planeta a 1,5 graus centígrados até 2100. Esta meta atende à determinação do Painel de Mudança do Clima da ONU, que estabeleceu como limite um aumento máximo de 2 graus centígrados na temperatura da Terra durante este século para evitar consequências ambientais catastróficas. O comprometimento com a adoção dessas medidas representa um marco histórico porque, até então, apenas os países ricos estavam comprometidos com metas para combater as mudanças climáticas.

INDC (não obrigatório): Trata-se da sigla em inglês para “Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas”. É o documento que apresenta as metas de cada país para reduzir as emissões e tornou-se um dos principais focos de desentendimentos. Ao final, decidiu-se que as metas apresentadas por cada país serão apenas voluntárias. É aí que se concentram as principais críticas. Além de o acordo não tornar o cumprimento das INDCs obrigatórias, o conjunto das metas apresentadas pelos países ainda está longe de garantir um aquecimento de apenas 1,5 graus centígrados. Para minimizar este fato, o acordo prevê revisões a cada cinco anos para que os países possam ajustar suas ações visando a uma redução maior.

Financiamento (obrigatório): outro ponto importante do acordo é que a partir de 2020 os países ricos criarão um fundo de pelo menos 100 bilhões de dólares por ano para financiar projetos de combate às mudanças climáticas dos países mais pobres.

Entre os 50 países que ainda não ratificaram o acordo estão Angola, Colômbia, Cabo Verde, Moçambique, Montenegro e Turquia. De momento, os únicos dois países que não participaram nas negociações do Acordo de Paris são a Síria (envolta numa guerra civil há seis anos) e a Nicarágua (que boicotou o acordo por considerá-lo pouco ambicioso).

Estados Unidos no Acordo de Paris

Os Estados Unidos representam um dos mais importantes atores na costura do Acordo. Segundo maior poluidor do mundo, atrás apenas da China, os EUA respondem por 20% das emissões de gases que provocam o efeito estufa. O país precisa reduzir 32% das suas emissões até 2030, tendo como base o ano de 2005.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou no dia 1º de junho de 2017 a decisão de retirar o país do Acordo de Paris. Trump reclamou que o acordo, assinado durante o governo do seu antecessor, Barack Obama, oferece aos outros países uma vantagem injusta sobre a indústria americana e destrói os empregos dos americanos.

Apesar das pesquisas, o magnata Donald Trump é reconhecido por negar a existência das mudanças climáticas decorrentes da ação humana. Em novembro de 2012, Trump escreveu em sua rede social que o conceito de aquecimento global “foi criado pelos chineses para tornar não-competitiva a indústria dos EUA”. Durante as eleições, ele também declarou que o Acordo de Paris era prejudicial aos interesses da economia dos Estados Unidos.

Trump justifica que a saída do acordo é uma forma de preservar a economia americana. Para ele, manter a promessa de redução nas emissões carbônicas é prejudicial para a produção energética do país, baseada na queima de carvão, petróleo e gás, e conseqüentemente geraria custos muito altos para a indústria nacional se adaptar. O presidente americano, além disso, deixou claro ao longo de sua campanha presidencial e nas nomeações de seu governo que é cético com relação ao tamanho do problema do aquecimento global. Segundo ele, mesmo fora do acordo os EUA terão “o ar mais limpo e a água mais limpa” do mundo.

Existe um forte movimento nos Estados Unidos que rejeita o consenso científico sobre o aquecimento global e principalmente suas causas. Muitos acreditam que ele seja um fenômeno natural climático sem relação com a emissão de poluentes. Grandes empresas da área de energia já fizeram campanhas de comunicação para desqualificar as pesquisas sobre as mudanças de clima, com medo de que o tema possa influenciar na produção industrial.

Na política, a principal posição negacionista é a do Partido Republicano, pelo qual Trump foi eleito. O partido questiona o peso da atividade humana no clima do planeta, além de rejeitar argumentos econômicos favoráveis à adoção de formas limpas de geração de energia.

Líderes corporativos americanos formaram uma das mais fortes vozes em favor da permanência dos EUA no Acordo de Paris. Centenas de empresas como Google, Apple e até mesmo produtoras de combustíveis fósseis como Exxon Mobil haviam pedido a Trump que se mantivesse nas negociações climáticas. Darren

Woods, executivo-chefe da Exxon, escreveu uma carta pessoal a Trump dizendo que os EUA "estão bem posicionados" para competir globalmente dentro do acordo, com o qual os EUA teriam "um assento na mesa de negociações de forma a garantir a igualdade" das regras de mercado.

Uma das forças eleitorais de Trump no pleito de 2016 é região americana produtora de carvão - em Estados como Virgínia Ocidental, Ohio e Pensilvânia, que ele diz terem sido prejudicados pelo Acordo de Paris -, à qual o presidente prometeu incentivos e empregos durante a campanha. Mas o ocaso do carvão, que também está sendo abandonado em diversos outros países, dificilmente será revertido. Além disso, a quantidade de empregos gerados nos EUA pela indústria carvoeira equivale hoje à metade dos gerados pela indústria de energia solar.

Ainda que muitos países em desenvolvimento ainda dependam do carvão, essa fonte de energia é alvo de críticas por seu forte impacto na qualidade do ar. E a queda dos preços da energia renovável também tem levado nações como a Índia a adotar fontes mais verdes de combustível.

Enfraquecimento do Acordo

Os Regimes Internacionais são definidos por Stephen Krasner como "conjuntos de princípios implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais convergem as expectativas dos atores numa determinada área das Relações Internacionais".

Robert Keohane coloca os regimes como um conjunto de governança, isto é, "procedimentos que regulam o comportamento dos atores e controlam seus efeitos" e posteriormente Krasner cita Jervis mostrando que regimes podem ser vistos como uma "amizade" pois o regime não pode se basear apenas no bem individual de curto prazo, é preciso que haja uma reciprocidade e um sentido de obrigação geral.

Krasner em sua obra apresenta sua conclusão onde ele diz existirem basicamente duas vertentes, a Grociana, que vê os regimes como uma faceta altamente disseminada e importante das interações sociais e a realista estrutural modificada, fazendo uma crítica a essa segunda. Pois apesar de, diferente da tradicional, ver os regimes como algo relevante em determinadas condições, as

restrições paramétricas básicas e os pressupostos analíticos básicos são os mesmos do tradicional, que rejeito qualquer relevância aos regimes.

Não há dúvidas de que a ausência dos EUA dificulta o cumprimento das metas estabelecidas pelas nações globais no Acordo de Paris - sobretudo impedir que a temperatura global suba mais de 2°C. Como um dos maiores poluidores da atualidade, e o maior se levada em conta a história, os Estados Unidos tinham um papel determinante no Acordo de Paris, seja como exemplo ou como potência capaz de convencer as demais nações a cumprirem o que foi acordado. A saída de Washington, assim, pode reduzir drasticamente a eficácia do acordo.

Com a saída dos americanos, um ponto de indefinição é o modelo de financiamento climático do Acordo de Paris. As nações ricas são as mais poluentes e assumiram o compromisso de financiar projetos de adaptação climática em países em desenvolvimento, os chamados países “do Sul”. Os EUA contribuem com cerca de 15% das emissões globais de carbono, mas ao mesmo tempo é uma importante fonte de financiamento e tecnologia para esses países em desenvolvimento em seus esforços para combater o aquecimento global. Trump chegou a afirmar que usaria a verba destinada a esses países para “consertar o meio ambiente” dos Estados Unidos. Sem a verba do governo norte-americano, não se sabe se os valores arrecadados para o Fundo Verde das Nações Unidas serão suficientes no futuro.

Algumas consequências são também políticas, outra preocupação é que a saída dos Estados Unidos possa representar uma “bola de neve” e levar outros países a rever sua participação e compromissos assumidos. Países como Índia, Filipinas, Malásia e Indonésia podem se “inspirar” na decisão de Trump e tentar seguir no mesmo caminho. Outra questão é a da “liderança moral” da qual os EUA abdicarão ao deixar de lado o acordo climático - algo que pode ter consequências no âmbito diplomático.

O que não muda

O Acordo de Paris foi uma construção diplomática que levou anos para ser feita. O assunto é debatido em grande escala desde a Conferência da ONU no Brasil, mais conhecida como Rio-92. De lá para cá, o aquecimento global tomou formas ainda mais claras e preocupantes. Com a mudança de contexto, tanto o

discurso político de todo o mundo quanto do próprio mercado mudou, tendendo a uma aceitação de novas regras ambientais.

Em qualquer caso, o acordo permanece em vigor para os outros países signatários. A União Europeia levantou suas vozes de decepção, mas também deixou clara a sua firme convicção de continuar no caminho tomado em Paris em 2015, os países devem aproveitar a brecha americana para ganharem um papel maior de liderança política global no tema ambiental e no desenvolvimento de um mercado específico para lidar com o tema — que tem a tendência de crescer no futuro. E o acordo foi reafirmado por países como o Brasil, Alemanha e França.

É possível também que, além de aumentar o protagonismo chinês, a decisão americana abre espaço para que Canadá e México ascendam como "players" significativos nas Américas no esforço de impedir o aumento das temperaturas globais. Mesmo com a saída americana, as emissões de carbono devem continuar a cair nos EUA - isso por causa do crescimento do gás como fonte de energia em substituição ao carvão. O uso do gás de xisto - que também é alvo de polêmicas ambientais - cresceu exponencialmente com o aumento da produção e a queda dos preços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto neste trabalho, percebeu-se que, a decisão do presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, de retirar o país do Acordo de Paris representa um duro golpe nos esforços globais para frear as mudanças climáticas.

O Acordo de Paris é o tratado contra o aquecimento global firmado por 195 países em dezembro de 2015, que tem como objetivo limitar o aumento da temperatura até o final deste século. Para isso, os países signatários se comprometeram a adotar medidas para reduzir a emissão de gases do efeito estufa, embora esses compromissos sejam voluntários e definidos por cada país. No caso dos EUA, o país havia se comprometido a reduzir de 28% para 26% as emissões de gases do efeito estufa até 2025.

Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), entidade que reúne 2.500 cientistas de mais de 130 países sob a chancela da Organização das Nações Unidas, o aquecimento global é “inequívoco” e o grau de certeza da participação do homem na elevação da temperatura do planeta é de

95%. E quando nos referimos à ação do homem, trata-se principalmente daquelas atividades que resultam na emissão e no acúmulo na atmosfera de gases responsáveis pelo efeito estufa – entre eles dióxido de carbono, produzido pela queima de combustíveis fósseis, como carvão mineral e derivados de petróleo, como óleo cru, diesel e gasolina.

Trump é assumidamente um cético a respeito do aquecimento global. Em 2012, ele usou sua rede social para dizer que “o conceito de aquecimento global foi criado pelos chineses e para os chineses com o objetivo de tornar a indústria dos EUA menos competitiva”. Ou seja, para Trump, a tese do aquecimento global nada mais é do que uma forma de forçar os EUA a trocar os combustíveis fósseis por energias limpas, o que poderia acarretar em perdas de empregos e competitividade para o país.

A preocupação em nível global com a saída dos Estados Unidos é o efeito de emulação: outros países poderiam ser influenciados a reduzir ou atenuar seus compromissos internacionais sobre a questão climática ou até abandonar completamente o acordo.

A decisão de se retirar do acordo sinaliza a intenção de Trump de cortar outras leis que limitam a produção de gases poluentes nos EUA assinadas pelo seu antecessor Obama. Entretanto, a saída dos EUA do Acordo de Paris não será imediata. O processo poderá demorar até três anos, assim como estabelecido no próprio acordo, com diversas batalhas jurídicas e diplomáticas muito intensas, além do grave desgaste de imagem internacional dos Estados Unidos.

Dessa forma Trump complica as coisas e ameaça todo o planeta, razão pela qual seu passo atrás não é apenas questionável, mas é contra estudos sérios que creditam à mudança climática, ao aquecimento global, uma dura luta pela nossa sobrevivência.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Lílian C. B. A Política Ambiental Internacional: Uma Introdução. Cena

KEOHANE, Robert O. After Hegemony: Cooperation and Discord in the World.

KRASNER, Stephen, D. (ed), International Regimes.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum.

PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – ONU Brasil.

VIOLA, Eduardo. O Regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil. Revista